

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.406.985 - SP (2018/0318257-9)

AGRAVANTE : GUILHERME DE ARAUJO
ADVOGADO : ÉRICA AP MARTINI BEZERRA PEREIRA E OUTRO(S) -
SP169162
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por GUILHERME DE ARAUJO, contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, alíneas *a* e *c*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, assim ementado:

PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE URBANA COMUM. RELAÇÃO DE EMPREGO NÃO COMPROVADA. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. APOSENTADORIA POR IDADE. REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS.

1. Para o reconhecimento da atividade laborativa na qualidade de empregado, sem registro em CTPS, é necessária a demonstração dos pressupostos caracterizadores do vínculo empregatício: subordinação direta, forma de remuneração ou jornada de trabalho.

2. Indevido o reconhecimento de vínculo empregatício, sem anotação em CTPS, se o início de prova material apresentado não foi corroborado pela prova oral colhido nos autos.

3. Não comprovado o tempo mínimo de serviço, é indevida a concessão de aposentadoria por tempo de serviço.

4. Também não foi cumprida a carência legal para a concessão da aposentadoria por idade, nos termos do artigo 48 da Lei nº 8.213/91.

5. Apelação da parte autora não provida.

No presente recurso especial, o recorrente aponta violação aos arts. 48, §§ 1º e 2º da Lei n. 8.213/91, arts. 201, caput, § 7º, II e 202 da CF/88 e 442 do CPC/15.

Argumenta que trabalhou durante toda sua vida nas atividades de vendedor e motorista mas que em diversos empregos não houve registro na carteira de trabalho. Alega que, como diversos brasileiros, foi vítima.

Sustenta que ajuizou a presente ação para ver reconhecido os períodos em que não obteve registro na CTPS, mas que as instâncias ordinárias lhe negaram o direito, mesmo com início de prova material apto e prova testemunhal coesa.

Pede o reconhecimento do período vindicado, bem como o deferimento do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição; alternativamente, pede o deferimento de aposentadoria proporcional por tempo de serviço, ainda pelo regramento antigo, pois, no seu entender, na data da

promulgação da EC 20/98, já possuía mais de 30 anos de serviço.

Não foram apresentadas contrarrazões.

O recurso especial foi inadmitido com base na Súmula n. 7/STJ.

No presente agravo, o recorrente apresenta argumentos objetivando rebater os fundamentos apresentados pelo julgador.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

Tenho que não assiste razão ao recorrente.

Conforme relatado, o Tribunal *a quo*, com baseado conjunto probatório apresentado, entendeu não estarem presentes os requisitos para a concessão de aposentadoria por invalidez, por ausência dos requisitos legais.

Confira-se, *in verbis* (fl.104):

Início de prova material, conforme a própria expressão o diz, não indica completude, mas sim começo de prova, princípio de prova, elemento indicativo que permita o reconhecimento da situação jurídica questionada, desde que associada a outros dados probatórios.

Para comprovar o exercício de atividade urbana que alega ter desenvolvido durante toda sua vida laboral, o autor apresentou cópias de sua certidão de casamento, realizado em 15/10/1970, na qual está qualificado profissionalmente como comerciante (fl. 12), além de cópia de sua CTPS, com anotações de vínculos empregatícios como vendedor e vendedor motorista nos anos de 1969 e 1976, na cidade de São Paulo, e em 1997 no Município de Fernando Prestes -SP (fls. 13/14), além de comprovantes de recolhimentos de contribuições previdenciárias no período de outubro de 1978 a janeiro de 1984 (fls. 15/36).

Entretanto, é de se notar que, ainda que se considere como início de prova material da condição de "vendedor" do autor as anotações lançadas em sua CTPS (fls. 14), as testemunhas ouvidas não corroboraram o mencionado início de prova material, uma vez que os depoimentos mostraram-se frágeis e insuficientes para atestar o exercício de atividade laborativa no período em questão.(grifo nosso)

Com efeito, as testemunhas Arlindo Oscar Salvador e Zelinda Borges Lodo tenham afirmado que conheceram o autor por volta dos anos 90, época em que ele se mudou para a cidade de Bebedouro e trabalhava como vendedor de plásticos nas cidades da região de Agulhas, situação que perdurou por aproximadamente 7 anos, tendo após esse período trabalhado como vendedor para uma padaria e, posteriormente, como vendedor de hortaliças e comerciante e que, por fim, na data da audiência, encontrava-se trabalhando na banca de jornais de sua filha. Entretanto, não souberam sequer informar com exatidão os nomes de eventuais empregadores, horários de trabalho e salários, de forma que não é possível aferir se a alegada atividade laborativa foi desenvolvida na qualidade de empregado, a evidenciar a configuração dos

pressupostos caracterizadores do vínculo empregatício, pela subordinação direta, forma de remuneração ou jornada de trabalho, próprias da relação de emprego, e ensejar o reconhecimento da atividade de vendedor sem a necessidade de recolhimento das contribuições previdenciárias correspondentes.

Assim, não preenchidos os requisitos legais exigidos para o reconhecimento do vínculo empregatício em questão, deve ser julgado improcedente o pedido de reconhecimento do tempo de serviço exercido, sem registro em CTPS, pelo autor.

Por outro lado, o período em que a parte autora trabalhou com registro em CTPS e recolheu contribuições previdenciárias (fls. 13/36) é insuficiente para garantir-lhe o cumprimento do período de carência de 174 (cento e setenta e quatro) meses de contribuição, na data do ajuizamento, nos termos do art. 142 da Lei nº 8.213/91.

Ademais, computando-se o tempo de serviço anotado em CTPS e o período em que o autor recolheu contribuições previdenciárias (fls. 13/36), o somatório do tempo de serviço da parte autora totaliza 6 (seis) anos, 10 (dez) meses e 15 (quinze) dias de tempo de serviço, na data do ajuizamento da demanda, não preenchendo, portanto, os requisitos legais para a concessão da aposentadoria por tempo de serviço, conforme o artigo 52 da Lei nº 8.213/91.

Portanto, a parte autora não faz jus à concessão do benefício de aposentadoria por tempo de serviço postulado.

Sendo assim, verifico que a pretensão do recorrente, na verdade, é reverter a conclusão a que chegou o Tribunal *a quo* com base no conjunto probatório dos autos, no sentido de que o recorrente não preenche os requisitos legais para obter o benefício, considerando o conjunto probatório frágil dos autos. Entretanto, para isso, seria necessário revolvimento do conjunto fático probatório, o que é inviável em sede de recurso especial, ante o óbice constante da Súmula 7/STJ.

Quanto ao pedido alternativo, tenho que incidem às Súmulas n. 284/STF e 7/STJ.

Incide a Súmula 284/STF porque não há indicação do dispositivo de lei violado que sustenta tal tese, exigência decorrente da CF/88 para os recursos especiais, segundo art. 105, III, *a* do texto constitucional.

E incide a Súmula n. 7/STJ porque não há nos autos a comprovação dos 30 anos de serviço, como alega o recorrente.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RI/STJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator